

## **CARTOGRAFIA DE MEMÓRIAS E GUERRILHA NA REGIÃO DO ARAGUAIA: territorialidades e campesinato na Amazônia Oriental<sup>1</sup>**

Naurinete Fernandes Inácio Reis<sup>2</sup>

### **Resumo**

O artigo apresenta, a partir das contribuições de Deleuze e Guattari, apontamentos e indicações de elementos teóricos e metodológicos que possibilitem o embasamento para realização de uma cartografia de memórias que possa contribuir para a compreensão da constituição das dinâmicas territoriais do campesinato no Sudeste do Pará a partir da multiplicidade de olhares e modos de vida dos moradores da região a partir dos conflitos existentes desde a deflagração da Guerrilha do Araguaia até o presente. Esse procedimento nos possibilitará compreender como os relatos da luta pela terra, do extrativismo, da Guerrilha, da relação com os indígenas, da presença militar e do poder público em geral se entrelaçam nas memórias desses moradores, configurando uma dinâmica territorial própria. Procura-se proceder a uma abordagem reflexiva sobre o sentido das memórias que estão sendo construídas para a continuidade e/ou descontinuidade das territorialidades materiais e simbólicas a partir das demandas atuais dessas populações.

**Palavras-chave:** Guerrilha, Memórias, Campesinato.

### **Introdução**

As transformações territoriais ocorridas na região do Araguaia desde a deflagração da Guerrilha são decorrentes de estratégias políticas diversas e, em alguns casos, antagônicas, promovidas por diferentes agentes sociais. A Guerrilha do Araguaia consistiu numa luta armada entre militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que lutavam contra a ditadura civil militar instaurada com o Golpe de Estado de 1964 no país e pela construção de um governo popular e revolucionário, e as Forças Armadas Brasileiras, sob o comando do Exército, respaldadas no discurso ideológico da “doutrina da segurança nacional” e da “defesa da lei e da ordem”. O conflito ocorreu no período de 1972 a 1975 nos limites territoriais das regiões do sul Pará, norte do estado do Tocantins (à época, estado de Goiás) e oeste do Maranhão.

Durante o conflito, os agentes do Estado recorreram aos especialistas em combate à guerrilha e aos mais aprimorados métodos de tortura. Os camponeses, inseridos em projetos

---

<sup>1</sup> Artigo vinculado ao projeto de pesquisa de doutorado intitulado “Cartografia de memórias: territorialidade, Guerrilha e campesinato na região do Araguaia - Amazônia Oriental”, o qual está sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP (DINTER Convênio USP-UNIFESSPA – 2017), sob a orientação da Profa. Dra. Valeria de Marcos. E-mail neteinacio@yahoo.com.br

estratégicos dos quais não tinham conhecimento, tiveram seu cotidiano alterado e seus direitos violados. Os suspeitos de colaborarem com os “guerrilheiros” foram submetidos à vigilância, perseguições, coação, às prisões ilegais e execuções. Tiveram os meios de subsistência destruídos e alguns, após várias sessões de torturas e espancamentos, foram forçados a abandonar a família e a pegar em armas para ajudar o Exército.

O período entre janeiro de 1974 e março de 1975 é caracterizado como fase da “Operação Limpeza”, visando à eliminação de todo e qualquer vestígio de conflito na região, envolvendo as Forças Armadas e o Estado brasileiro. A violência praticada por militantes e militares durante a guerrilha repercute até hoje no Brasil e também internacionalmente.

O conflito no qual a população e a região foram envolvidas pode ser considerado reflexo do modo como a região e sua população é vista e avaliada pelos vários segmentos sociais, bem como resultado das concepções políticas, dos interesses e objetivos, tanto do PCdoB quanto do Governo Militar.

Inspirado na concepção de “luta popular prolongada”, o PCdoB optou em organizar a guerra de guerrilha na região do Araguaia, a qual era caracterizada como atrasada e isolada do ponto de vista do desenvolvimento econômico, historicamente marcada pelos conflitos decorrentes da estrutura fundiária concentrada, sem apoio governamental.

Ao desenvolver estudos sobre a região, Campos Filho (2013) evidencia a dimensão da necessidade tida pelos militares de sufocar imediatamente o conflito, demonstrando que havia muitas questões em jogo. Conforme o autor, os militantes do PCdoB “escolheram uma região tida como profundamente estratégica, dentro dos objetivos geopolíticos traçados na Escola Superior de Guerra, e para além dela, do que estava sendo forjado ideologicamente para a América Latina nos Estados Unidos” (2013, p. 126).

Os geopolíticos brasileiros foram influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional, sustentada pela concepção de Segurança e Desenvolvimento, elaborada a partir dos EUA, porém, enfatizaram um discurso nacionalista num contexto de guerra fria, recorrendo à tese do combate ao inimigo interno e externo, a qual evidenciava como potencialmente perigosas as pessoas simpatizantes da União Soviética e de Cuba.

Sendo assim, ao conceber o espaço geográfico como fonte de poder, bem como considerar necessária a sua ocupação visando construir segurança para garantir o controle das fronteiras nacionais e das riquezas minerais, os estrategistas militares elaboraram estratégias para promover a defesa interna do território brasileiro, bem como promover o

desenvolvimento nacional, visando promover o capitalismo e combater o suposto inimigo externo e interno. As ações planejadas e desenvolvidas nos planos do Estado para a integração do território e as alianças internacionais, prioritariamente com os EUA, foram desenvolvidas de forma estratégica (MELLO, 2006) e refletia preocupação geopolítica.

### **Transformações geopolíticas e dinâmicas territoriais do campesinato no Araguaia**

Caracterizada como fronteira agrícola, a região do Araguaia, situada no Sudeste do Pará, tem mais de 40 mil quilômetros quadrado de extensão territorial e predomina uma economia baseada no extrativismo. As características da região têm motivado ações de vários sujeitos, constituindo-se em vários territórios em disputas pela apropriação e uso da mesma.

O governo elaborou programas de desenvolvimento regional orientados para o crescimento econômico e, em 1970, a estratégia geopolítica que articulava programas de exploração da infraestrutura e da economia na Amazônia com um projeto de colonização materializou-se no Plano de Integração Nacional, no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) I (1970-1972) e II (1975-1979) e no Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA).

As políticas governamentais objetivavam atrair nordestinos para a Amazônia, no sentido de deslocar “homens sem terras para uma terra sem homens”; investir em infraestruturas que garantissem ligação mais eficiente da região com as regiões desenvolvidas economicamente, bem como implementar políticas de financiamentos.

Após a frustração do I PND, o governo militar implementou o II PND, o qual foi planejado num contexto de crise econômica mundial e durante a ocorrência da Guerrilha. Esse plano modificou o processo de ocupação do sul e sudeste do Pará, pois priorizou a colonização através de incentivos fiscais às grandes empresas madeireiras, agropecuárias e mineradoras em detrimento dos posseiros que já a habitavam, intensificando os conflitos existentes, notadamente, com a descoberta do ouro de Serra Pelada e a criação da UDR. Sobre os conflitos surgidos no novo processo de ocupação da Amazônia Oriental, Becker afirma:

Dada a estrutura da sociedade local, a reação de fazendeiros e empresários é violenta, conflagrando-se a luta armada, localizada principalmente em torno da cidade de Marabá, entroncamento de rios e estradas, dotada de grandes riquezas minerais, onde fazendeiros, empresários, colonos, posseiros e o governo central se defrontam, e onde há uma tradição de luta herdada de uma Guerrilha dissipada nos anos 1970 (2013, p. 84).

A expansão do capital na Amazônia interferiu na estrutura social, política e econômica da região do Araguaia. Entre 1964 e 1985 ocorreu a diversificação da economia e a modificação da função e o uso da terra, provocando uma reorganização da estrutura fundiária, possibilitada pela atuação dos governos estadual e federal apoiando a formação e expansão das empresas agropecuárias, notadamente na cidade de Marabá. Conforme demonstra Emmi:

A terra deixa de ser monopólio dos comerciantes da castanha para ser compartilhada com empresas capitalistas estatais (como a Companhia Vale do Rio Doce) ou privadas (como o Banco Bamerindus), ou a ser apropriada para a construção da rodovia Transamazônica com vistas à colonização pelo INCRA (Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária) e posteriormente pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins), ou ainda para ser tomada pelos garimpeiros sob a fiscalização do SNI (Serviço Nacional de Investigação), como na Serra Pelada (EMMI, 1988, p. 5).

A política de desenvolvimento impulsionou uma ocupação desordenada e acelerada do Pará, causando grandes impactos ambientais, estrutura desigual e crimes sem punição. Além do aumento do deslocamento compulsório, remanejamento e expulsão das famílias que já habitavam a região; aumentou as contradições e os conflitos envolvendo as “comunidades tradicionais” que lutam para permanecer nos territórios por elas tradicionalmente ocupados. O governo federal ignorou as populações da região, referindo-se a ela em seus planos e projetos como uma região despovoada, “terra sem gente”, ou até mesmo “vazio demográfico”.

Conforme a abordagem de Martins (1991) sobre os problemas causados em função do insucesso do projeto de ocupação territorial, os conflitos de terras são intensificados devido à superposição da “frente pioneira” sobre a “frente de expansão”. Esses conflitos e assassinatos dos que lutam pela terra foram intensificados após o período de ocorrência da guerrilha, tendo em vista que a maioria das populações camponesas é excluída dos benefícios gerados pelos grandes projetos. Porém, resistem à expulsão e recusam a proletarização.

A abordagem sobre o campesinato na região do Araguaia nos remete à concepção teórica de compreensão do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo, notadamente, a partir das contribuições de Oliveira sobre a *territorialização do capital monopolista na agricultura* e a *monopolização do território pelo capital monopolista*. No primeiro mecanismo, “a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude”; no segundo, “o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar” (OLIVEIRA, 2004, p. 42). Esse segundo caso abre espaço para a recriação do campesinato como classe social no interior do capitalismo.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, por ser desigual e contraditório, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalista, também cria e recria relações não-capitalistas de produção no campo, estabelecendo as condições para o desenvolvimento da agricultura baseada nas relações camponesa de produção, através da expansão do trabalho familiar camponês nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro, possibilitando a sujeição da renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2007, 2005, 2004, 1991).

Conforme Marcos, “tal (re)produção/(re)criação tem se dado, em muitos casos, através da busca/criação de caminhos que garantam sua autonomia e liberdade e não através da total subordinação/dependência à lógica capitalista que o cria/recria” (2007, p. 01). Dentre os caminhos, pode-se ressaltar a luta pela reforma agrária visando o retorno à terra, e, no caso dos assentamentos, a luta pela reprodução, lutas estas que contam com o apoio dos movimentos sociais no campo. Sobre a posse da terra, Oliveira (1991, p. 71) pondera:

“É assim que no desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção no Brasil age no sentido da expropriação dos camponeses em uma porção do território; entretanto, o camponês expropriado, que pela lógica do capital, deveria proletarianizar-se, reconquista a autonomia do trabalho, ocupando em novos espaços em terras sem ocupação. É nessa luta pela manutenção da condição de lavrador autônomo, pela conquista da posse que os posseiros, na luta contra o capital, vão construindo o seu próprio regime de propriedade anticapitalista: a posse, a terra de trabalho”.

A realidade de conflitos e violência no campo não elimina a luta dos trabalhadores para a obtenção do acesso à terra e desenvolvimento do modo de vida camponês.

“Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garantirá no futuro a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam mais uma vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado” (OLIVEIRA, 2004 p.63).

Oliveira (2003), aborda as contradições do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, evidenciando aspectos fundamentais, dentre eles, o agronegócio e sua roupagem da modernidade e a intensa luta dos movimentos dos camponeses e trabalhadores do campo pela conquista da reforma Agrária no Brasil na última década do século XX e início

do século XXI, a qual tem sido marcada pela violência dos conflitos e dos assassinatos no campo, ocasionando um clima de barbárie promovido pelas elites concentradoras de terras que, na grande maioria das vezes, têm o apoio do Estado.

A região do Araguaia é historicamente marcada por conflitos fundiários, por assassinatos de lideranças ligadas aos movimentos sociais do campo. Impera a impunidade! O que Oliveira chama de subversão total do direito e da justiça, pois, “aqueles que assassinam ou mandam assassinar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a Constituição lhes garante, estão sendo condenados, estão presos” (OLIVEIRA, 2003, p. 115).

Conforme Oliveira (2003), a estratégia geopolítica elaborada pelos governos militares pós-64 visando sufocar a possibilidade de luta dos trabalhadores do campo, teve como consequência o crescimento e expansão dos conflitos no campo em todo o país, uma vez que as transformações provocadas em diferentes regiões do país possibilitaram a criação de novas condições e novas formas de luta.

Considerando o mapa das vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo no período de 1985 a 1996, notadamente na região onde ocorreu a Guerrilha, Oliveira conclui:

“A implantação de grandes projetos agropecuários na Amazônia, principalmente no Pará, no bico do Papagaio (região compreendida pelo norte de Tocantins, sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará) e no Mato Grosso, gerou um grande número de conflitos entre fazendeiro e posseiros, tornando a violência a principal característica dessa região” (OLIVEIRA, 2005, p. 226).

Nas décadas de 1970 e 1980 essa resistência começa a ter forma organizada, com o surgimento de novos sujeitos políticos, os quais se organizam enquanto movimentos sociais, reivindicando direitos associados às comunidades das quais pertencem, com contribuição dos partidos políticos de esquerda, da Igreja católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Bases (CEB's) com apoio de várias instituições e Organizações não Governamentais (ONG's). Conforme Becker,

Organizou-se a sociedade como nunca antes verificado. Os grandes conflitos de terras e de territórios das décadas de 1960 a 1980 constituíram um aprendizado político e, na década de 1990, transformaram-se em projetos alternativos, com base na organização da sociedade civil. É extremamente importante lembrar que hoje, essa sociedade tem voz ativa na Amazônia e no Brasil, inclusive muitos grupos indígenas (2005, p. 03).

A resistência ao processo de expansão territorial do capital na Amazônia está relacionada com o processo de afirmação de identidades e territorialidades por parte dos movimentos sociais. Segundo Almeida,

São os seringueiros que estão construindo o território em que a ação em defesa dos seringais se realiza. São os atingidos por barragens e os ribeirinhos que estão defendendo a preservação dos rios, igarapés e lagos. E assim sucessivamente: os castanheiros defendendo os castanhais, as quebradeiras, os babaçuais, os pescadores, os mananciais e os cursos d'água piscosos, as cooperativas, seus métodos de processamento da matéria-prima coletada. De igual modo, os pajés, curandeiros e benzedores acham-se mobilizados na defesa das ervas medicinais e dos saberes que as transformam (ALMEIDA, 2004, p. 48-49).

Neste sentido, as reivindicações das “comunidades tradicionais” apresentam propostas alternativas às estratégias de racionalidades econômicas, ambientais e jurídicas implementadas. Assim, os conflitos se intensificam e se tornam mais complexos na região, pois esses movimentos reivindicam também direito à territorialidade.

Nesse contexto vem ocorrendo a constituição de novos sujeitos políticos e a emergência de ‘novas’ identidades territoriais construídas pelas populações ‘tradicionais’ nas lutas sociais pela afirmação material e simbólica dos seus modos de vida. Essas identidades emergem na Amazônia, construídas pelos diferentes movimentos sociais (índios, ribeirinhos, pequenos agricultores, seringueiros, varzeiros, castanheiros, populações quilombolas, mulheres quebradeiras de coco etc.) (CRUZ, 2007, pp. 95- 96).

Dessa forma, cresce o número de organizações e mobilizações na luta pelo reconhecimento de direitos políticos, territoriais, culturais e étnicos. Elas criam barreiras à implantação e desenvolvimento dos grandes projetos na Amazônia. Constituem movimentos sociais de resistência que “não só lutam para *resistir* contra os que matam e desmatam, mas por uma determinada forma de *existência*, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (GONÇALVES, 2001, p. 130).

Essas organizações procuram superar as representações e práticas sociais que consideram as “populações tradicionais” como um obstáculo à modernização da Amazônia. Funcionam como instrumentos de luta na defesa e conquista de direitos; na luta contra a desigualdade, a violência e a exclusão social, mas também na luta pelo reconhecimento e manutenção dos diferentes modos de vidas e pela posse e permanência na terra.

## **Campesinato e Cartografia de Memórias na Região do Araguaia: apontamentos teóricos e metodológicos**

Peixoto (2011) caracteriza o contexto pós-guerrilha na região utilizando a expressão “a guerra que veio depois”, uma vez que, sob influência do Estado, a mesma sofreu um processo de militarização, o qual tem atuado nos conflitos sociais pela posse e permanência na terra, mantendo a população sob vigilância e controle. Mantiveram-se os quartéis construídos na região com o objetivo de combater a Guerrilha e transformaram as cidades de Marabá e Imperatriz em Área de Segurança Nacional. O sul do Pará ficou sendo controlado pelo Serviço Nacional de Informações e pelo Centro de Inteligência do Exército, através de alguns agentes comandados pelo Major Sebastião Curió.

A tese de Campos Filho (2013) analisa as transformações socioeconômicas que ocorreram na região Sul do Pará no período posterior a Guerrilha, demonstrando que as ações do Estado brasileiro foram fundamentais para gerar e intensificar os conflitos e violências que caracterizaram a região diante de um temor obsessivo da possível reorganização do Movimento Guerrilheiro. Ainda sob o domínio dos militares, o Estado adotou políticas públicas por meio de planos nacional e regional de desenvolvimentos, para exercer o controle sobre a região e a população. As medidas fundamentadas em princípios contidos na ideologia de Segurança Nacional criminalizaram movimentos sociais, atuaram para conter a organização camponesa e reforçaram o poder do Major Curió na região.

As pesquisas de Campos Filho (2013) e de Mechi (2012) convergem para a tese de que as experiências vivenciadas pelos camponeses durante a Guerrilha dão sustentação às lutas sociais no campo, pois vinculam o passado à questão dos conflitos de terra contemporâneos. Mechi enfatiza que as demandas e lutas dos camponeses foram criminalizadas e serviriam de base para que o Estado brasileiro construísse a visão do potencial subversivo da população da região, servindo como justificativa ideológica para a repressão ao camponês. Os autores demonstram a continuidade da grilagem, da violência dos latifundiários, as dificuldades de sobrevivência e a ausência do Estado na região atualmente, o qual atua em favor dos grandes grupos econômicos.

Nessa perspectiva, considera-se necessário aprofundarmos a compreensão crítica dos fatos relacionados ao campesinato atualmente, pois, as transformações geopolíticas ocorridas na região do Araguaia promoveram mudanças na estrutura social, espacial, política e



econômica, intensificaram a expansão capitalista na região, substituiu as roças de pequenos agricultores por grandes pastos, a produção familiar foi cada vez mais submetida aos interesses do capital e muitos camponeses foram expulsos dos lotes através do processo de desterritorialização.

Conforme Campos Filho (2013), essas transformações, fizeram com que o outrora camponês do Sul do Pará se espalhasse por novas e velhas localidades, pelas cidades ou suas periferias, adaptando seu modo de vida rural às condições de sobrevivências, bem como o esvaziamento crescente do campo com a redução das pequenas propriedades.

Considera-se que essas mudanças impulsionam alterações na constituição da memória dos sujeitos envolvidos na Guerrilha. Como referencial teórico, parte-se do pressuposto de que a memória é construída socialmente e consiste na capacidade de evocação social de reminiscências de fatos e experiências vivenciados no passado, intermediada por pressões sociais contextualizadas, bem como pelos valores e sentimentos individuais. A recordação é compreendida como um processo contínuo, ativo, seletivo e reflexivo (BOSI, 1999).

As transformações ocorridas em decorrência direta ou indireta da Guerrilha têm forjado a necessidade de novas formas de organização camponesa com apoio de outros movimentos da sociedade civil organizada, visando o conhecimento e reconhecimento de experiências históricas, bem como a luta por direitos territoriais.

A “cartografia de memórias” nos possibilitará compreender com maior clareza, as dinâmicas espaciais, sócio-econômicas, culturais e políticas nas quais o campesinato da região do Araguaia está inserido. As memórias poderão apontar elementos que podem contribuir para o entendimento do passado recente, possibilitando a visibilidade das diferentes “versões” sobre as experiências vivenciadas pelo campesinato nas últimas décadas.

A cartografia a ser adotada na proposta de pesquisa consiste num método de pesquisa fundamentado nas ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Como referencial teórico, parte-se do pressuposto de que a cartografia se configura como construção social, a qual faz um recorte possível do real a partir da percepção de determinado grupo social sobre uma dada situação referente a um contexto histórico específico.

O método nos possibilita desenvolver uma cartografia de memórias, procurando compreender a produção de subjetividades considerando a complexidade das relações nas quais os sujeitos estão inseridos. Nesta perspectiva, parte-se de uma leitura dinâmica e processual da realidade em suas múltiplas intersecções, procurando desarticular os discursos e

as práticas instituídas, evidenciando os processos complexos e as relações despoticizadoras que impedem a produção de novos acontecimentos ou reforçam a reprodução do que já está estabelecido.

Por possibilitar uma cartografia das multiplicidades, Haesbaert (2002) compara a cartografia ao rizoma, explicando que o rizoma é o mapa das multiplicidades. Deleuze e Guattari, por sua vez, definem o modelo de pensamento rizoma-canal enquanto mapa, “voltado para uma experimentação ancorada no real, aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações permanentes” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22).

A cartografia de memórias procura compreender a realidade de forma qualitativa, buscando compreender criticamente as forças que afetam a subjetividade. Essas forças que atuam de forma rizomática e transversal ligam processualmente a subjetividade a situações, ao coletivo, ao heterogêneo. Esse afetamento da subjetividade forma um agenciamento, possibilitando a construção de linhas de fuga, convergindo em processos coletivos que trazem o novo, conectando-se à exterioridade e construindo novos territórios existenciais a partir de rupturas de sentido e do estranhamento da vida (DELEUZE; PARNET, 1998).

Essa consideração nos remete as proposições teóricas desenvolvidas por Deleuze e Guattari sobre as representações do espaço e da territorialidade, as quais contribuem de forma significativa para os estudos territoriais, principalmente, por possibilitar a compreensão dos elos existentes nos processos de Territorialização-Desterritorialização e Reterritorialização. Para os autores, as forças sociais, políticas e econômicas atuam como elementos de manutenção, expulsão ou atração nesses processos.

O território pode ser compreendido como domínio ou como apropriação simbólica, ou seja, tanto como um espaço vivido, quanto como um sistema percebido, constituído de subjetivação, de projetos e representações, as quais serão orientadas por comportamentos e investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, cognitivos, culturais, estéticos (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

À luz das abordagens de Deleuze e Guattari, Rogério Haesbaert contribui para o rompimento com concepções naturalizadoras de territorialidade/território, explicando os componentes da concepção de território e afirmando que não há desterritorialização sem um esforço para se reterritorializar em outra parte.

A desterritorialização está vinculada ao movimento pelo qual se abandona o território por meio da mobilidade dos fluxos, pelo desenraizamento e pelo hibridismo cultural. Por se

manifestar nas dimensões socioculturais, pode ocorrer a reterritorialização econômica, política, social, cultural em outro lugar, como também a reterritorialização relacionada ao pensamento (articulada a territorialidade do socius), à mudança na forma de ver o mundo e a sociedade, implicando na construção de novas identidades, de novos valores.

Assim, a compreensão das dinâmicas atuais do campesinato na perspectiva da cartografia de memórias nos remete ao entendimento das abordagens teóricas sobre a concepção de memória a partir das contribuições de Halbwachs, Michael Pollak, Bosi, Jacques Le Goff, Fernando Rosas, entre outros, no sentido de proceder a uma abordagem interdisciplinar para o entendimento da temática.

Na perspectiva de Halbwachs, os indivíduos recordam de acordo com os contextos sociais determinados que os antecedem e nos quais estão inseridos, e a concepção do passado é continuamente reconstruída no presente. As abordagens de Pollak (1989), por sua vez, evidenciam a diversidade de forças e agentes que atuam dinamicamente e de forma conflituosa para a produção e solidificação da memória social na sociedade capitalista. Ele considera que a memória social é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, bem como fundamenta e reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais dos grupos.

Numa perspectiva histórica e dialética, Rosas (2009) concebe a memória enquanto palco onde se desenvolve a luta de classes, e, assim como Le Goff (2003), evidencia que o processo de construção da memória está associado com a defesa de um projeto de sociedade.

A Cartografia que evidencie os espaços relacionados às territorialidades constituídas no campesinato, nessa perspectiva, pode representar um lugar de materialidade da memória, configurando-se como espaço de contestação, de resistência e de subversão.

O estudo, na perspectiva da cartografia de memórias, torna-se mais relevante à luz da concepção de *representações* proposta por Moscovici. O autor concebe as representações como uma forma do indivíduo ou grupo se apropriar da realidade, construindo um saber específico que lhes permitem atuar sobre a realidade, através da construção e reconstrução de símbolos, imagens e conceitos. Através das representações o homem consegue dá sentido ao mundo que o rodeia, transforma o imperceptível em perceptível, o desconhecido em conhecido, o não-familiar em familiar. Considera-se, dessa forma, que as representações são parte da realidade, sendo força propulsora de ações e transformações sociais.

Os apontamentos e indicações de elementos teóricos e metodológicos apresentados nesse trabalho embasará a execução de pesquisa de campo e análise da construção das memórias considerando o processo de desterritorialização dos camponeses e, conseqüentemente, produção de novas territorialidades. Sendo assim, nos remeterá a uma estratégia metodológica flexível e processual de análise crítica, recorrendo às bases teóricas das modalidades da pesquisa-participante, da pesquisa ação e da etnografia.

Os procedimentos metodológicos a serem adotados objetivarão construir mapeamento, no sentido de descrever histórias e trajetórias, relações sociais, conflitos de interesses e jogos de poder, bem como apontar espaços de fuga e resistência. Assim, essa metodologia possibilita construir uma cartografia dos agenciamentos, dos campos de forças e relações considerando seus desdobramentos no tempo e no espaço.

A pesquisa será desenvolvida a partir das percepções dos sujeitos sobre as experiências por eles vivenciadas, possibilitando a complementação entre conhecimento científico e conhecimento prático, pois os agentes sociais detêm o conhecimento a partir do vivido e do concebido, o qual orienta e dá sentido à construção da cartografia de memórias.

A cartografia diz respeito a um método estratégico-rizomático. Ao explicar como o olhar rizomático traça uma cartografia, desenhando um mapa como diagrama variável, Deleuze e Guattari afirmam

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22).

Os sujeitos da pesquisa esboçarão croquis da região e será elaborada uma cartografia de memórias, mapeando não apenas os lugares vinculados à repressão e resistência política, mas também às diferentes territorialidades identificadas no processo de construção das memórias relacionadas às dinâmicas do campesinato na região do Araguaia após o conflito armado até os dias atuais. O mapeamento será construído associando as memórias das experiências, dos conflitos e dilemas vivenciados pelos sujeitos, bem como explicitando as práticas tradicionais que caracterizam as territorialidades, com a paisagem física, com a representação elaborada do lugar ou lugares.

## Considerações finais

A construção de uma cartografia de memórias que apresente as dinâmicas temporais e espaciais do campesinato na região do Araguaia nos permitirá identificar os elementos fundamentais das memórias. A partir das reflexões teóricas desenvolvidas pelos autores acima, pode-se concluir que a forma como as memórias são construídas é resultado de múltiplas determinações, entre as quais: as inserções e interações dos sujeitos nas diferentes configurações espaciais e sociais, as diferentes territorialidades, a posição dos indivíduos nas relações econômicas, sociais e de poder, seu pertencimento de classe, bem como os valores, interesses, concepções, etc.

A cartografia de memórias possibilitará a compreensão da constituição das dinâmicas territoriais do campesinato a partir da multiplicidade de olhares e modos de vida dos moradores da região, na medida em que aproximará os fatos ocorridos no passado com as permanências no tempo presente. Nesta perspectiva, a pesquisa prioriza uma abordagem geográfica, a qual enfatiza a movimentação e a dinâmica do espaço, das suas temporalidades e temporalizações em sua materialidade e simbolização, apreendendo-o em suas diversas dimensões, como demarcação, mas também fluxo; poder, mas também desejo; apropriação, mas também projetos e representações.

Ao lado de uma Geografia preocupada com as delimitações, os enraizamentos e as hierarquias de territórios, regiões e lugares, nunca superada, é preciso hoje instituir a força do movimento, uma espécie de Geografia dos espaços nômades, dos espaços da mobilidade, dos rizomas, mesclada por entidades híbridas como os territórios rede, as redes regionais, os lugares móveis de conexão e/ou de passagem. Sem cair no extremo de um “fim dos territórios” ou de um fascínio pela mobilidade, mas reconhecendo a multiplicidade das des-re-territorializações contemporâneas, podemos reclamar para a Geografia pelo menos uma parcela da “Nomadologia” que Deleuze e Guattari advogam para a História ou, em outras palavras, para a Geo-História, que é o que Geografia e História deveriam ter sido desde sempre (HAESBAERT, 2002, p.14).

O procedimento metodológico nos possibilitará compreender as múltiplas determinações e relações de poder pelas quais o processo de construção das memórias dos camponeses é perpassado, bem como refletir sobre as ações políticas, práticas e intervenções no momento presente a partir das territorialidades construídas, as quais se expressam através

de movimentos territoriais identitários e/ou de práticas simbólico-discursivas, dando visibilidade social às representações como espaço de contestação, de resistência, de construção de significados e de luta de classes.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005)
- BECKER, B. SIGNIFICÂNCIA CONTEMPORÂNEA DA FRONTEIRA: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. Pag. 84. Acesso em: 16.06.2017. [http://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins\\_textes/pleins\\_textes\\_7/b\\_fdi\\_03\\_01/37776.pdf](http://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37776.pdf)
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAMPOS FILHO, R. P. *Guerrilha do Araguaia, a esquerda em armas*. São Paulo: Editora Anita/FMG, 2003.
- CAMPOS FILHO, R. P. *ARAGUAIA - Depois da Guerrilha uma outra guerra: A Luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)*. 2013. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2013.
- CRUZ, V. C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, F.G; HAESBAERT, R. *Identidades e territórios: Questões e Olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, v.1, 1995.
- EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA. 1999.
- GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazôniaas*. São Paulo: Contexto, 2001.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HAESBAERT, R.; BRUCE, G. “A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari”. *Geographia*, Niterói, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, ano IV, n. 7, p. 7-31, 2002. Publicação eletrônica. Disponível em:

<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/74/72>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos*. Curitiba: AGB, 1994, p. 206-214.

\_\_\_\_\_. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leilão. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MARCOS, V. de. Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano (CC Território e campesinato: referenciais para uma análise geográfica). *Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos*, Rio Branco-AC, UFAC, jul/2007.

MARTINS, J. de S. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MECHI, P. S. *Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. 2012. 401 f. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MELLO, N. A. de. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo, Annablume, 2006, 410 p.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1973.

ROSAS, F. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 84-87, 2009.

OLIVEIRA, A. U. de. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 45-72.

\_\_\_\_\_. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. 1ª. ed., São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB. Ano 19, v. 21, n. 21, p. 113-156. Jul/dez 2003.

\_\_\_\_\_. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org). *Geografia do Brasil*. 5ª. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 465-534.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. M. I (org). *O campo no século XXI*. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 29-70.